

PLR 2024

APÓS REJEIÇÃO DE PROPOSTA, SINDIPETRO-LP E FNP RETORNAM À MESA DE NEGOCIAÇÃO

Após a rejeição por ampla maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, a gestão de RH da Petrobrás convocou uma nova rodada de negociações sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), marcada para o dia 25 de novembro, às 16h. Além disso, no dia 27 de novembro, também às 16h, o Sindipetro-LP e os sindicatos que compõem a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se reunirão com a área de RH da empresa para discutir a remuneração variável (PRD).

A categoria seguiu o indicativo da FNP e rejeitou a proposta apresentada pela empresa, uma decisão amplamente apoiada pelas petroleiras e petroleiros. Os trabalhadores e trabalhadoras do Litoral Paulista reforçaram



A categoria seguiu o indicativo da FNP e rejeitou a proposta apresentada pela empresa, uma decisão amplamente apoiada pelas petroleiras e petroleiros



sua insatisfação com o que consideraram uma proposta rebaixada.

Esperamos que dessa vez a direção da empresa com proposta que atenda o nosso pleito. **Nós, responsáveis por garantir os recordes de produção e todos os títulos que comprovam a eficiência e viabilidade da Petrobrás e que também arriscamos nossas vidas para que isso aconteça, não podemos menos do que merecemos!**

Assembleias

Categoria também aprovou pauta de SMS e estabelece estado de assembleia geral permanente após casos de

mortes nas instalações da Petrobrás. As bases da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) rejeitaram por ampla maioria a proposta da Petrobrás para o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao exercício de 2024.

As assembleias, que ocorreram de meados de outubro até o dia 8 de novembro, foram encabeçadas pelos sindicatos filiados à FNP: Sindipetro Rio de Janeiro (RJ), Litoral Paulista (LP), Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá (PA/AM/MA/AP), São José dos Campos (SJC) e Alagoas/Sergipe (ALSE).

Além de recusarem a proposta, os trabalhadores e tra-

balhadoras aprovaram uma pauta conjunta de SMS com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que inclui a substituição de gestores bolsanaristas e a recomposição e aumento de efetivo.

Essa pauta é oriunda de uma manifestação comum e urgente das duas federações em resposta à direção da Petrobrás, após os quatro casos de mortes sequenciais nas instalações da empresa, no mês de outubro. A categoria organizada nas bases da FNP, por fim, aprovou assembleia geral permanente, com o objetivo de garantir maior celeridade sobre novas mobilizações e paralisações, em articulação com as outras bases petroleiras.

Com informações da FNP

POR FALTA DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO, TRABALHADORES (AS) DENUNCIAM FALTA DE ALIMENTOS NA PLATAFORMA P-70

A Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista recebeu a denúncia de que, há cerca de três semanas, os trabalhadores e trabalhadoras da P-70 estão passando novamente por restrição alimentar devido à falta de planejamento da gestão da unidade. O problema vem se

agravando, e, neste momento, faltam itens como frutas, legumes, queijo, iogurte, margarina e requeijão.

Os embarcados reportaram a situação à enfermeira da unidade, que é fiscal, mas, até o momento, a situação só se agravou. A falta de alimentos, que é problema recorrente,

é uma clara demonstração da conduta da gestão da P-70, que não organiza a unidade para enfrentar situações adversas, como a ocorrida no dia 6 de novembro, quando um navio com rancho encostou na plataforma, mas a condição da maré não permitiu o transbordo.

A Diretoria do Sindicato entende que as condições climáticas e da maré não podem ser controladas, mas a gestão precisa entender e trabalhar com todas as variáveis possíveis para que esses fatores não afetem a habitabilidade, saúde e segurança da unidade.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS APOIA O FIM DA ESCALA 6x1

Federação Nacional dos Petroleiros se soma à luta pela redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) declara seu apoio integral ao Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e à luta pela extinção da escala 6X1, que também tem por objetivo a redução da jornada máxima de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários, em nosso país.

Nas últimas semanas, logo após a eleição do vereador carioca Rick Azevedo (PSOL-RJ) – trabalhador balconista de farmácia e fundador do movimento VAT –, uma inten-

sa mobilização tem ganhado repercussão nas redes sociais, e agora chegou à Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que propõe essa nova regulamentação para a CLT, avançou significativamente rumo à tramitação nas comissões daquela Casa, atingindo 194 assinaturas no dia 13 de novembro – eram necessárias 171 assinaturas para a PEC ter a sua análise de admissibilidade iniciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A FNP repudia a desumana

escala 6X1, que representa o ápice da exploração laboral e prejudica, principalmente, os trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados e vulneráveis que ocupam a base da pirâmide profissional.

É urgente a luta por condições de trabalho mais dignas, pelo direito ao descanso remunerado, à convivência familiar plena, ao acesso à educação, cultura e lazer, que são algumas das perspectivas que contemplam uma jornada de trabalho mais equilibrada.

O fim da escala 6X1 e a redução da jornada de trabalho são essenciais para garantir mais saúde (física e mental) e

o bem-estar de toda a classe trabalhadora brasileira.

A FNP se soma aos companheiros e companheiras do movimento VAT para colocar um fim nessa exploração desmedida da escala 6X1. Enquanto entidade nacional representativa da categoria petroleira, reafirmamos o nosso compromisso de seguir apoiando essa luta em todas as esferas e instâncias possíveis.

Juntos, todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, vamos construir um caminho mais justo e equilibrado, que culmine em uma vida digna a todos, para além do trabalho!

CALOR E BARULHO: TRABALHADORES SOFREM COM FALHAS NO AR-CONDICIONADO EM AEROPORTO

Desde o dia 1º de novembro, petroleiros e petroleiras das plataformas que utilizam o aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, enfrentaram uma situação crítica que poderia ter sido evitada com um planejamento mais eficiente. A recente privatização do aeroporto trouxe mudanças na estrutura, incluindo o reposicionamento das áreas de espera dos voos da Azul, mas com consequências adversas: calor intenso e ruído constante da turbina do condensador de ar condicionado.

Esses problemas foram de-

sencadeados após a mudança da área de espera, que alterou também o layout do saguão. A única lanchonete do local foi retirada, e os condensadores dos aparelhos de ar condicionado foram reposicionados de maneira inadequada. Ao invés de serem instalados próximos às evaporadoras, os condensadores ficaram a uma distância maior, gerando um vazamento de gás refrigerante e paralisando o sistema de ar condicionado por uma semana inteira, até que finalmente foram religados na última sexta-feira (08).

Durante esses dias, traba-

lhadores e trabalhadoras ficaram expostos a uma condição desconfortável, agravada pelo calor da cidade e pelo barulho dos equipamentos. Apesar do impacto causado pela aglomeração de pessoas ter sido minimizado pela pontualidade dos voos, a falta de ar condicionado comprometeu severamente o bem-estar dos passageiros e funcionários que circulam pelo aeroporto. Essa situação lança luz sobre as questões de gestão e manutenção que emergiram com a privatização do aeroporto, um processo iniciado no governo

anterior.

Esse episódio levanta preocupações sobre a qualidade dos serviços oferecidos no local e evidencia a necessidade de um planejamento mais robusto para evitar transtornos àqueles que dependem de condições mínimas de conforto e segurança. A administração de espaços como aeroportos, especialmente em cidades com altas temperaturas, deve priorizar o conforto dos usuários e garantir que falhas técnicas sejam rapidamente solucionadas para evitar situações críticas como esta.